
Alguns desafios na organização
de acervos de fontes orais:
o caso do Núcleo de Pesquisa, Documentação
e Referência sobre Movimentos Sociais e
Políticas Públicas no Campo (CPDA/UFRRJ)*

Juliana Ramos Luiz**
Marco Antonio dos Santos Teixeira***

Histórico do Núcleo

Criado em 1997, o Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo (NMS) foi consolidado (com sala própria e serviços técnicos especializados) em 2003. Sua idealização e coordenação estão, atualmente, a cargo da professora do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento,

* Versão revisada de artigo originalmente apresentado no XI Encontro Nacional de História Oral: *Memória, democracia e justiça*, realizado entre 10 e 13 de julho de 2012 no Rio de Janeiro.

** Juliana Ramos Luiz é historiadora pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), bacharel em Direito e mestre em Relações Internacionais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), professora de Relações Internacionais da Universidade Candido Mendes (UCAM), assistente de pesquisa do Centro de Pesquisas em Direito e Economia da Fundação Getúlio Vargas (CPDE/FGV) e membro da equipe técnica do Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo (NMS) desde 2010.

*** Marco Antonio dos Santos Teixeira é historiador pela UNIRIO, cientista social pela UERJ, mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ), doutorando em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP/UERJ) e membro da equipe técnica do NMS desde 2006.

Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ) Leonilde Servolo de Medeiros, que coordena o grupo de pesquisa *Movimentos sociais, relações de poder e políticas públicas no campo*, registrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), ao qual as atividades do Núcleo estão vinculadas.

No âmbito desse grupo de pesquisa, o projeto *Movimentos sociais, mudanças políticas e culturais: uma leitura a partir dos trabalhadores rurais* foi encaminhado, em 2002, para o edital do Programa Cientistas do nosso Estado, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ). Uma das atividades propostas era organizar a documentação reunida ao longo de anos em diversas pesquisas acadêmicas desenvolvidas na área de movimentos sociais rurais. Era o início do trabalho sistematizado de organização do acervo do Núcleo.

No decorrer dos últimos anos, o NMS também recebeu financiamento do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural do Ministério do Desenvolvimento Agrário (NEAD/MDA). Uma vez financiado, seja com apoio da FAPERJ, seja com auxílio do NEAD/MDA, o Núcleo passou a receber não só documentos originários de pesquisas acadêmicas, mas também material de outras instituições – como o Centro de Documentação da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE Nacional) e o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) – e documentação de atividades de assessoria sindical realizadas por intelectuais afeitos ao tema dos movimentos sociais rurais. Dentre os pesquisadores que contribuíram com documentação para o Núcleo, citam-se: Afrânio Raul Garcia Júnior, Ezequiel Dias, Gisélia Potengy, Maria Emília Pacheco, Moacir Palmeira, William Santos Assis e a própria Leonilde Servolo de Medeiros.

O material acumulado pela professora Leonilde Medeiros foi base para a formação do Núcleo. O interesse de diversos pesquisadores e estudiosos da área em consultar e ter acesso à documentação reunida foi uma das principais motivações para sua formação. O desejo de utilização desses documentos pelos seus orientandos reforçou a importância da disponibilização desse acervo à comunidade acadêmica como um todo, permitindo a pesquisadores de outras linhas, programas e institutos o acesso às fontes.

O NMS reúne documentação sobre formas de ação e organização dos trabalhadores do campo, dos setores empresariais relacionados ao meio rural, de agentes do Estado para formação e desenvolvimento de políticas

públicas para o campo, dentre outros. O acervo é dinâmico e está em constante crescimento.

Embora parte das doações que o Núcleo tem recebido venha de arquivos pessoais – a maioria deles apenas parcialmente doado¹ –, o critério de classificação não se orientou em função dos temas, atividades e funções do doador do acervo (que acumulou o conjunto documental segundo seus interesses ao longo da sua vida), como ocorre nas instituições que seguem as orientações arquivísticas de catalogação. Foi importante na eleição dos critérios de classificação o interesse acadêmico sobre a documentação recebida. No caso, os referenciais temáticos e teóricos de estudos sobre movimentos sociais e políticas públicas no campo balizaram a organização do acervo do Núcleo. Dessa forma, optou-se por classificar os documentos privilegiando suas entidades produtoras. A seguir, exporemos um exemplo para melhor esclarecer como se dá a classificação dos documentos no NMS.

Imaginemos que, em meio à documentação doada por um pesquisador, encontremos um relatório produzido por uma instituição qualquer. Na metodologia de arranjo desenvolvida pelo Núcleo, ao invés de mantermos o material sob a identificação do doador – criando um novo fundo com seu nome – optamos por fragmentar a documentação recebida de acordo com os atores, entidades e grupos ali presentes. Buscou-se, com isso, constituir um acervo que pudesse articular as diferentes doações recebidas, dando visibilidade às séries documentais que retratassem campos de estudos afins ao Núcleo, estimulando e facilitando o trabalho de pesquisa. A referência quanto à origem não é, em absoluto, negligenciada: ainda que conste nos instrumentos de pesquisa, não é com base na procedência que o arranjo do Núcleo é instituído.²

Um dos principais objetivos do Núcleo tem sido preservar, organizar e difundir documentação sobre as diferentes organizações e formas de mobilização social estabelecidas no meio rural brasileiro. Dessa forma, o NMS pretende contribuir para o estudo dos pesquisadores interessados nos temas *questão agrária* e *movimento sociais no campo*.³ Com tudo isso, pode-se dizer que o Núcleo vem se constituindo – principalmente – como

1 Até hoje, os doadores do Núcleo têm privilegiado entregar a esta instituição apenas o conjunto documental referente aos temas rurais, sendo assim, não recebemos os arquivos pessoais integrais dos doadores.

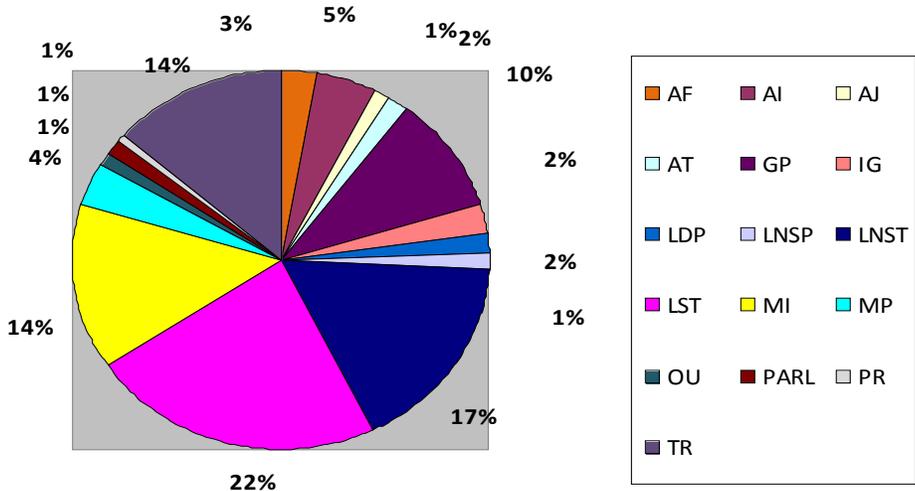
2 Sobre a construção dos critérios de organização do acervo, ver Sevá (2006).

3 Para conhecer todos os objetivos do Núcleo, ver <<http://r1.ufrj.br/cpda/nms/>>.

um *lugar de memória*⁴ sobre os movimentos sociais no campo, ao permitir, entre outras funções, que o passado relacionado a esse tema possa vir a ser lembrado de diferentes formas. Uma delas é por meio de pesquisas, recuperando a história dos diversos movimentos sociais no campo, revelando sua importância ao longo da história em diferentes processos sociais, como na luta pelo fim da ditadura civil-militar iniciada em 1964.

O material do Núcleo está dividido em cinco setores: Audiovisual, Biblioteca, Clipping, Documentação e Entrevistas. Levando-se em consideração que este artigo se preocupa em analisar a organização de fontes orais, os dados aqui dispostos serão circunscritos ao setor Entrevistas. Para esse setor – com base apenas no grupo totalmente tratado e disponibilizado para o público – há um total de 294 entrevistas, divididas em 16 séries: Acadêmicos/Intelectuais (AI), Assessores de Formação e Educação (AF), Assessores Jurídicos (AJ), Assessores Técnicos (AT), Gestores Públicos (GP), Igrejas/Agentes Religiosos (IG), Lideranças e Dirigentes de Organização não-Sindicais de Trabalhadores Rurais (LNST), Lideranças e Dirigentes de Organizações não-Sindicais Patronais (LNSP), Lideranças e Dirigentes de Organizações Sindicais de Trabalhadores Rurais (LST), Lideranças e Dirigentes Partidários (LDP), Memória do Incra (MI), Memória do I Plano Nacional da Reforma Agrária da Nova República (MP), Parlamentares (PARL), Produtores Rurais (PR), Trabalhadores Rurais (TR) e, por último, Outros (OU) – que abriga uma infinidade de funções como consultores, grileiros, assessores etc. A composição de cada grupo pode ser mais bem visualizada no gráfico a seguir:

4 Sobre o conceito *lugar de memória*, ver Nora (1993).



A diversidade das entrevistas recebidas – de diferentes pesquisas e projetos – resultou na opção de organização do material com base no papel desempenhado pelo entrevistado no contexto da entrevista. É o caso, por exemplo, de duas entrevistas com Rolf Hackbart. A primeira delas foi classificada na série Assessores Técnicos, pois foi produzida em dezembro de 1997 tendo em vista sua atuação como assessor parlamentar da bancada do Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados. Já a segunda, realizada em julho de 2004, abordou principalmente a experiência de Rolf como presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) e, por esse enfoque, foi catalogada na série Gestores Públicos. Portanto, é possível localizar a mesma pessoa nas diferentes séries dispostas acima.

O grupo de entrevistas também está dividido com base no suporte original. Algumas advêm de transcrição literal e áudio original; já outras são originárias de publicações em jornais e revistas. Tudo aquilo que é classificado como Entrevista está reunido em listagem única, independentemente do suporte. O conteúdo informado na planilha de classificação é que orienta o consulente sobre a origem do material descrito, como pode ser visto no exemplo a seguir:

NÚCLEO DE PESQUISA, DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA SOBRE MOVIMENTOS SOCIAIS E
POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO - CPDA/UFRRJ

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Rosa Geraldo Silveira (Dona Rosa)

DADOS BIOGRÁFICOS: Projetou-se como liderança local, atuando através do sindicato rural de Cabo Frio (RJ). Posseira da Fazenda da Caveira (anteriormente para da Fazenda Campos Novos, Cabo Frio, RJ), região naquele momento em conflito pela posse da terra com o Fazendeiro Jamil Mizzara, família Cunha Bueno e Joaquim Ribeiro Gama. Projetou-se como liderança local, atuando através do sindicato rural de Cabo Frio (RJ).

ENTREVISTADOR (ES): Sônia Lacerda e Leonilde Servolo de Medeiros

CONTEXTO DE PRODUÇÃO: Entrevista realizada como parte da preparação do projeto de mestrado de Sônia Lacerda na região de Cabo Frio (RJ), área de conflitos violentos pela terra. A dissertação não foi concluída.

DATA: Início de 1984

LOCAL: Fazenda Campos Novos, Cabo Frio, RJ.

ROTEIRO: () SIM (x) NÃO

OBSERVAÇÕES: Joaquim, casado com Rosa, faz comentários durante a entrevista. No acervo existem outras entrevistas com moradores de Campos Novos e duas entrevistas de Rosa em diferentes períodos: MSPP/en.LST.mp3.dr e MSPP/en.LST.mp3.dr3

Figura I – Entrevistas disponíveis em áudio e transcrição

NÚCLEO DE PESQUISA, DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA SOBRE MOVIMENTOS SOCIAIS E
POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO - CPDA/UFRRJ

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Élio de Neves

DADOS BIOGRÁFICOS: Presidente da Feraesp - Federação dos Empregados Rurais Assalariados no Estado de São Paulo, foi presidente do STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araraquara (SP).

ENTREVISTADOR (ES): Mariana Tonussi Milano e Géssica Trevizan Pera

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: Revista Espaço de Diálogo e Desconexão

TÍTULO DA MATÉRIA: “Trajetória profissional e sindical”

DATA: Entrevista realizada em 27/08/2008 e publicada em 2009

LOCAL: Araraquara, SP.

OBSERVAÇÕES: A entrevista faz parte dos projetos de pesquisa “Qualificação profissional e políticas de emprego na década de 90: experiências, representações e ação sindical. Um estudo de caso na região de Ribeirão Preto (SP)” e do projeto “Requalificação profissional e novas formas de organização da produção no setor agroindustrial de Ribeirão Preto: uma análise do programa cana-limpa”.

Figura II – Entrevistas disponíveis através de publicações impressas

A planilha de classificação possui, portanto, informações sobre o(s) entrevistado(s), o(s) entrevistador(es), o contexto de produção da entrevista, a classificação da entrevista, o tipo de material em questão (áudio em cassete, em mp3 ou transcrição), além de descritores⁵ e um sumário da entrevista. No sumário, é possível identificar os assuntos tratados pelo entrevistado na sequência em que eles foram abordados. Espera-se que essas informações facilitem o trabalho do pesquisador, pois fornecem uma série de dados ao consulente que o ajudam a conhecer o material descrito e o orientam na decisão de consultar – ou não – a entrevista em questão. A seguir, um exemplo de planilha completa de entrevista:

5 Segundo o *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*, o descritor é uma “palavra ou grupo de palavras que, em indexação e tesouro, designa um conceito ou um assunto preciso, excluindo outros sentidos e significados” (Arquivo Nacional, 2005, p. 68).

**NÚCLEO DE PESQUISA, DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA SOBRE MOVIMENTOS SOCIAIS E
POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO - CPDA/UFRRJ**

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Manoel da Conceição dos Santos

DADOS BIOGRÁFICOS: Fundador e dirigente do STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pindaré (MA), ligado ao MEB - Movimento de educação de Base. Filho de camponeses. Foi perseguido político na ditadura, participou da criação da CUT - Central Única dos Trabalhadores, fundador do PT - Partido dos Trabalhadores e militante da luta pela terra.

ENTREVISTADOR (ES): Maria Moraes e Eliezer de Oliveira

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: Jornal Em Tempo

TÍTULO DA MATÉRIA: "Manoel da Conceição – o ex-líder camponês, hoje exilado em Genebra e preparando-se para um possível regresso ao Brasil recorda conflitos e a formação do sindicalismo rural no interior do Maranhão nos anos que precederam o golpe militar de 64, e comenta também as perspectivas atuais do sindicalismo no campo."

DATA: Década de 1980

LOCAL: Não consta

OBSERVAÇÕES: primeira parte da entrevista publicada em dois números do Jornal.

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Audiovisual

CONJUNTO: Entrevistas

	Assessores de formação e educação
	Assessores jurídicos
	Assessores técnicos
	Gestores públicos
	Lideranças e dirigentes de organizações não sindicais de trabalhadores rurais
	Lideranças e dirigentes de organizações não sindicais patronais
x	Lideranças e dirigentes de organizações sindicais de trabalhadores rurais
	Lideranças e dirigentes de organizações sindicais patronais
	Produtores rurais
	Trabalhadores rurais
	Outros:

**NÚCLEO DE PESQUISA, DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA SOBRE MOVIMENTOS SOCIAIS E
POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO - CPDA/UFRJ**

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en. LST.cli.mc2	01	Sim	

DESCRITORES:**Camponês**

Igreja

José Vicente Poche (presidente do STR de Pindaré, MA)

Luta por terra

MEB – Movimentos de Educação de Base

Sindicalismo rural

STR de Pindaré (MA)

Trabalhador assalariado

SUMÁRIO:

Fala sobre sindicalismo, Igreja e autonomia camponesa; avalia as direções sindicais e relação com objetivos e autonomia dos sindicalizados; propõe a construção de sindicatos distintos para trabalhadores assalariados e não assalariados; conta com se deu a fundação do sindicato de Pindaré (MA), seus objetivos e programa; fala sobre a luta contra o "gado invasor" e o conflito instaurado por esta causa; fala sobre golpe militar e a intervenção no sindicato; fala sobre o êxito do sindicato até o golpe e conta a política implementada.

O conjunto Entrevistas fornece ao pesquisador uma vasta gama de material para consulta. Um exemplo bastante notório é o do entrevistado João Pedro Stedile, de quem o Núcleo possui, até a presente data, um total de 15 entrevistas – em áudio, publicação especializada, publicação de grande circulação, entrevistas públicas etc.

Desde 2010, os esforços do trabalho da equipe técnica do Núcleo têm girado em torno da consolidação do acervo – em conformidade com as regras e normas brasileiras de arquivologia, quando possível –, além do tratamento e catalogação de novos materiais.

Alguns desafios e impasses na organização do acervo de entrevistas do Núcleo

Do total de 294 entrevistas catalogadas até o presente momento no Núcleo, 218 são de tipo transcrição literal e/ou áudio original, e as demais 76 oriundas de jornais e revistas (denominadas como *clippings*). Dessas 218 de tipo transcrição literal e/ou áudio original, 128 possuem transcrição e áudio já convertido em formato digital (mp3), 38 só possuem áudio e as demais 52 entrevistas apenas estão transcritas em papel.

Apesar da variedade, algumas características comuns podem ser observadas nas entrevistas existentes no acervo do NMS. Primeiro, possuem origem variada (produzidas em diferentes pesquisas ou publicadas em variados veículos de mídia), com múltiplos contextos de produção e fins de pesquisa; segundo, são relacionadas à área de interesse do Núcleo – movimentos sociais e políticas públicas no campo; e, por último, não foram elaboradas para fazer parte de um arquivo ou centro de documentação.

Com isso, pode-se dizer que o setor Entrevistas do NMS consiste em um *arquivo oral* com fim de guarda de *fontes orais*. A expressão *arquivo oral* serve para designar fonte confiada a órgão público atendendo às condições legais e sujeito às diretrizes previstas na Lei de Direitos Autorais brasileira. Já *fonte oral* corresponde ao material gravado pelo pesquisador para atender as especificidades da sua pesquisa, em função de objetivos e hipóteses delimitados (Borges, 2012, p. 665).

A tabela a seguir mostra a distribuição das entrevistas com transcrição e/ou áudio disponíveis (já que correspondem ao maior volume do conjunto Entrevistas) conforme a sua origem:

26 entrevistas	Pesquisa – Sindicalismo rural no estado do Rio de Janeiro
21 entrevistas	Pesquisa – Assentamentos rurais em perspectiva comparada: uma análise das dimensões econômica, social, histórica e ambiental
13 entrevistas	Pesquisa – Land reform and poverty reduction: lessons from Brazil
12 entrevistas	Pesquisa – Reforma do Estado: instâncias, conflitos e atores – o lugar dos trabalhadores rurais
5 entrevistas	Pesquisa – Reforma Agrária: concepções, controvérsias e questões
11 entrevistas	Pesquisa – Memória do I PNRA da Nova República
41 entrevistas	Pesquisa – Memória do Incra
13 entrevistas	Pesquisa – Impactos regionais dos assentamentos rurais: dimensões econômicas, políticas e sociais
1 entrevista	Pesquisa – Conflitos no campo
30 entrevistas	Pesquisa – Trabalho rural e alternativa metodológica de educação
28 entrevistas	Entrevistas realizadas para a dissertação de mestrado dos pesquisadores: Ana Maria Motta Ribeiro, Victor de Araújo Novicki e Sônia Lacerda
11 entrevistas	Entrevistas com origens diversas (livro, documentário, palestra etc.)
6 entrevistas	Sem identificação de origem
Total: 218 entrevistas	

As pesquisas acima foram realizadas em tempos distintos, por grupos de entrevistadores/entrevistados múltiplos, além de com intuítos e propostas específicas. Foi devido a essa fragmentação na origem dos documentos que se optou pela organização das entrevistas com base no ator, levando-se em conta o papel desempenhado pelo entrevistado no contexto da entrevista.

Essas peculiaridades do acervo disponível de fontes orais implicam alguns desafios constantemente enfrentados pela equipe técnica. Com isso, algumas indagações e reflexões sobre o acervo tornam-se constantes durante o processo de organização dos documentos do conjunto Entrevistas. Algumas das principais perguntas levantadas no decorrer do trabalho serão tratadas a seguir.

A primeira delas busca avaliar quais são as implicações dessa variedade de origem do acervo de fontes orais para a organização do material. O principal limite para o tratamento do acervo de fontes orais do Núcleo é que a recuperação do contexto de produção da entrevista doada é, em alguns casos, difícil. Como a tabela acima indica, há entrevistas oriundas de dissertações de mestrado, pesquisas financiadas por órgãos de fomento à pesquisa (resultando em relatórios e publicações), além de outras sem qualquer identificação.

É claro que a leitura do material resultante da análise das entrevistas – como as dissertações, teses e relatórios dos pesquisadores – pode trazer informações sobre o contexto da pesquisa. Também a realização de entrevistas com os pesquisadores pode revelar aspectos do contexto de produção da fonte oral. Todavia, atualmente, a equipe técnica do Núcleo não têm condições de realizar tal trabalho, sobretudo por falta de recursos que financiem uma investigação como essa.

O contexto da produção da entrevista é significativamente importante, já que pode revelar os critérios de seleção dos entrevistados, o processo de elaboração do roteiro de perguntas, assim como algumas das indagações e questionamentos que acompanharam os entrevistadores. Para uma maior compreensão da fonte produzida pela entrevista é fundamental que se conheçam os objetivos e problemáticas do pesquisador que realizou a entrevista. Mais enriquecedor ainda seria conhecer as condições em que a entrevista foi realizada: o lugar onde a gravação foi feita, como o entrevistado se comportou, quem estava presente no momento do depoimento etc. Embora haja um esforço da equipe em relacionar esses dados na planilha de classificação sempre que eles são conhecidos, as entrevistas do Núcleo, em geral, não contêm essas informações.

Sobre o roteiro de entrevista, como trata o *Manual de procedimentos do programa de história oral da Justiça Federal*:

Toda entrevista deve passar por um processo de preparação. A elaboração do roteiro da entrevista é uma das mais importantes etapas da preparação. [...] O roteiro fará a conexão, por meio de perguntas, entre a experiência pessoal do depoente com as questões que animam a pesquisa e a reflexão historiográfica sobre a instituição estudada. (De Sordi, 2007, p. 12).

Sobre esses aspectos, Freitas, em obra na qual aborda alguns procedimentos teóricos e metodológicos para pesquisas que trabalham com história

oral, explica que “todo entrevistador precisa saber como conduzir sua entrevista, as questões mais importantes a serem perguntadas e até onde ir nessa entrevista” (2006, p. 88). Essa é a razão pela qual nas planilhas de classificação do material consta o item *Roteiro*, como mostrou a Figura I.

Apesar disso, são poucas as entrevistas hoje disponíveis que contam com o roteiro anexado. Isso não implica afirmar que não houve elaboração de roteiro para a realização da entrevista. Na sua maioria, os pesquisadores estão preocupados com o fazer da pesquisa e não com o uso posterior da fonte, e não têm, por isso, uma preocupação em preservar elementos da elaboração da entrevista, como o roteiro. A recuperação desse tipo de material é mais um desafio a ser enfrentado pelo NMS na organização do conjunto Entrevistas.

Além disso, também não há termos de cessão/doação da entrevista para disponibilização – na íntegra – em arquivo e/ou centro de documentação a ser consultado pelo público. Ou seja, uma parcela significativa do material custodiado no Núcleo não possui expressa autorização dos entrevistados para divulgação do material a terceiros.

Conforme estabeleceu a Associação dos Arquivistas Norte-Americanos, em guia de 1995, são itens considerados fundamentais na catalogação de entrevistas de história oral: 1) entrevistador; 2) resumo do conteúdo, da natureza e do escopo da entrevista; 3) restrições ao acesso, se houver, e 4) nome do projeto ou coleção, se houver (Alberti, 2005b, p. 9). Sem o termo de cessão/doação – inclusive com alguns dos entrevistados já falecidos –, o debate sobre a disponibilização total ou parcial das entrevistas é um dilema diário enfrentado pelo Núcleo.

Hoje, o Núcleo dispõe de autorizações secundárias, concedidas apenas pelo entrevistador que doou seu acervo e permitiu a disponibilização do material por ele elaborado. As cartas de cessão (quando existentes) estão atreladas à relação entrevistado-entrevistador, com autorização dos direitos autorais para essa relação e, em alguns casos, dentro dos limites da pesquisa que originou a entrevista. A cessão do material a terceiros, estendendo o uso para além da pesquisa para a qual ele foi produzido, é usualmente relegada nos termos assinados.

Isso aponta para a necessidade dos pesquisadores mudarem suas práticas, passando a valorizar a obtenção de termos de cessão/doação da entrevista de forma a permitir que o material produzido possa vir a ser doado a um arquivo ou centro de documentação e ser consultado por terceiros, para fins de pesquisa. Esse procedimento poderá garantir a perenidade da fonte e a

sua exploração por outros pesquisadores, contribuindo para a produção de conhecimento e a reflexão. Dessa forma, permitirá que parte da trajetória de pesquisa feita por um pesquisador possa ser refeita por outros, na medida em que se tenha acesso ao “material bruto” utilizado pelo pesquisador. De posse desse material, além de refazer os caminhos originalmente trilhados pelo pesquisador-doador, o novo pesquisador poderá reinterpretar os dados, ressignificá-los tirando suas próprias conclusões. Como explicou Borges, “as fontes orais, como qualquer outra fonte, podem despertar diferentes interpretações, novas leituras, outros olhares e distintos usos quando empregadas em outros estudos que não aquele que as originou” (2012, p. 670).

A importância histórica dos depoimentos recolhidos, por um lado, e as pendências de autorização para uso de terceiros, por outro, levantaram um dilema ético dentro do Núcleo e exigiram alternativas para a divulgação do acervo existente. Temos como política, antes da divulgação do material ao público, a revisão de todo o conteúdo bruto existente (transcrições, notas, resumos, fichas etc.), a fim de omitir conteúdo difamatório, acusações feitas por entrevistados a terceiros ou expressões de baixo calão. Com o material transcrito é possível fazer isso.

Esse filtro não pode ser feito nas entrevistas em áudio sem danificar o documento original, de modo que a permissão de acesso a esse material é sempre analisada caso a caso, com vistas a garantir que o entrevistado não seja constrangido – como quando há conteúdo chulo ou vulgar no depoimento – nem exposto de forma que possa lhe acarretar prejuízos legais. É claro que o atendimento desses critérios contém alguma porção de arbitrariedade e está sujeito à avaliação da equipe do Núcleo. O conhecimento do campo de estudos e do contexto da entrevista, bem como o diálogo com os doadores dos documentos, também ajuda a equipe a se situar na decisão sobre o que disponibilizar ao público.

Além desse filtro inicial, os pesquisadores que consultam o acervo de fontes orais do Núcleo assinam um documento no qual se responsabilizam pelo uso da entrevista. Somente é permitida a citação textual de parte da entrevista, com indicação da fonte, se feita em um contexto de pesquisa, e é proibida a publicação da entrevista no todo. Não se exige no termo de responsabilidade que o consulente use o documento com resguardo à identidade do entrevistado. Contudo, esse cuidado é recomendado sempre que possível.

A lógica da não identificação das pessoas que concederam os depoimentos visa, por um lado, a preservar suas identidades; por outro, a evitar que

eventuais exposições das suas falas possam vir a ser entendidas pelo próprio entrevistado ou por terceiros como algo prejudicial. O recorte e edição das falas dos depoentes e seus usos nas pesquisas revelam as posições e argumentos do pesquisador e, por isso, são de sua autoria e responsabilidade, como indica Duarte (2002). Com base em Velho (1986), Duarte explica que o uso de depoimentos colhidos, sobretudo em contextos nos quais há compartilhamento de valores, preocupações, gostos e concepções entre entrevistador e entrevistado,

[...] implica a produção de um texto no qual os recortes das falas, os indivíduos privilegiados, os temas destacados e tantas outras formas de intervenção expressam menos as dúvidas e opiniões dos informantes que o posicionamento do pesquisador-autor. A preocupação teórica particular deste, referida à formação e aos interesses próprios, estabelece o distanciamento necessário para que seu discurso nunca se confunda com o de seus interlocutores. (Duarte, 2002, p. 148).

Desse ponto de vista, a não referência nos textos produzidos aos nomes verdadeiros dos entrevistados não compromete o trabalho elaborado. Uma forma de minimizar possíveis impactos da não identificação é traçar um perfil do entrevistado, contextualizando o ator e sua fala no conjunto da discussão em questão. Os estudos antropológicos têm longa tradição em resguardar a privacidade dos informantes.

Isso não significa, porém, que não haja perdas na omissão da identidade daqueles que concedem as entrevistas. Em alguns casos, citar o nome dos entrevistados é entendido por eles mesmos como uma forma de reconhecimento do pesquisador pelo tempo e atenção cedidos. Num contexto de pesquisa no qual se busca valorizar as experiências dos sujeitos, mostrando-os como protagonistas de processos, como atores centrais e sujeitos da história, revelar os nomes dos entrevistados pode ser particularmente importante.

Um trabalho que se deparou com essas questões foi o de Mello (2011). Seu estudo buscou compreender como os trabalhadores rurais integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) reconstruíram a experiência social de sua primeira ocupação de terra no Ceará tendo como referência a categoria tempo. Para isso, o autor produziu 15 entrevistas. Sobre a decisão de revelar os nomes dos sujeitos que entrevistou, Mello explicou:

[...] a opção de revelar o nome dos entrevistados justifica-se por conta de a matéria em reflexão ser um fenômeno com dimensões públicas e para não tornar invisíveis pessoas cuja mobilização coletiva visa o reconhecimento e a visibilidade de sua organização. (Mello, 2011, p. 14).

Dessa forma, o autor optou por revelar os nomes dos seus informantes. Em grande medida, essa discussão se vincula ao debate sobre o potencial das entrevistas em resgatar as vozes até então inaudíveis de sujeitos considerados “sem voz”, “anônimos”, “ausentes” ou “ausentes de registros escritos”.⁶

O debate apresentado por Alistair Thomson (2000) sobre possíveis consequências do recordar para os narradores pode estimular algumas reflexões sobre potenciais efeitos da identificação dos entrevistados. Cabe aqui mostrar que a exposição dos nomes dos entrevistados, em alguns casos, é desejada e traz benefícios explícitos para aqueles que contam suas histórias. Thomson revelou, com base em diversas pesquisas, os resultados políticos explícitos de alguns registros de histórias de vida, como, por exemplo, no caso dos refugiados centro-americanos do movimento *Sanctuary* (Santuário), nos anos 1980, que usaram seus depoimentos para informar os norte-americanos a respeito da condição em seus países para conseguir apoio político e financeiro. Thomson mostrou como, nessa circunstância, os testemunhos foram construídos para alcançar o máximo efeito político.

Além de conseguir apoio para a sua causa, os narradores, contando suas histórias, alcançaram afirmação (*empowerment*) pública e benefícios terapêuticos. Refugiados, ou outras vítimas da opressão social e política que ‘dão testemunho’, podem se afirmar (*empower*) à medida que descobrem palavras e significados para suas experiências e estimulam o reconhecimento público e a potencialização de experiências que haviam sido anteriormente ignoradas ou silenciadas. (Thomson, 2000, p. 59).

6 Uma breve introdução a esse debate, com a exposição de algumas visões sobre o problema, pode ser vista em Weber (1996). A autora mostra que a visão do campo de estudos da história como “militante e politicamente engajado”, propagada por Edward Thompson, já foi questionada por alguns autores, como Guita G. Debert. Também os estudos de Alessandro Portelli, Michel Papy e Michael Pollak ajudam a relativizar a visão do historiador britânico. Como não é objetivo deste artigo aprofundar esse debate, para uma iniciação na discussão, ver Weber (1996).

A situação citada mostra efeitos positivos da identificação dos entrevistados e dos usos que podem ser feitos de um trabalho com entrevistas. Aborda-se essa questão aqui com a intenção de expor possíveis efeitos da divulgação do nome do depoente. No fim, a escolha de ocultar, ou não, o nome dos entrevistados é feita pelo pesquisador com base no contexto da pesquisa, avaliando as implicações da sua decisão para o grupo estudado e para a investigação.

Com relação ao material do Núcleo disponível em áudio, a condição física desses registros é variada: há fitas que, em razão do tempo e do perecimento do material, têm seu conteúdo sonoro comprometido e/ou perdido. A opção pela digitalização das fitas surgiu como solução para evitar sua perda completa, especialmente porque cada entrevista é única e impossível de ser refeita.

Digitalizar as entrevistas, transformando-as em formato mp3, é ainda uma forma de facilitar o acesso à fonte oral, uma vez que antigas tecnologias tornaram-se obsoletas e mantê-las apenas no formato original poderia dificultar a consulta. Ter a entrevista digitalizada evita, também, a necessidade da sua manipulação no formato original (normalmente em cassete), garantindo assim a maior preservação do material. Sobre a excepcionalidade da entrevista, Verena Alberti explica:

A entrevista – e a relação de entrevista –, além de se constituir num todo, é sempre única, não havendo possibilidade de se repetir em outras circunstâncias. Se um mesmo entrevistado for procurado mais tarde por outros pesquisadores, mesmo que com objetivos semelhantes, para prestar um novo depoimento, as duas entrevistas poderão até ser parecidas, mas jamais serão iguais. [...] Assim, mesmo que as pessoas engajadas nas entrevistas não sejam diferentes, cada um dos depoimentos será único e precisa ser analisado em função das peculiaridades em que é produzido (o momento pessoal e histórico de realização da entrevista, os objetivos que o geraram e a relação que se estabeleceu entre as partes). (Alberti, 2005a, p. 105-106).

As entrevistas em áudio de João Pedro Stedile (liderança do MST) apresentam um bom exemplo dessa distinção. A entrevista concedida para a pesquisa *Land reform and poverty reduction: lessons from Brazil*, realizada em 2004, debruçava-se sobre aspectos e questões fundamentais da reforma agrária no Brasil; o mesmo ocorre com a entrevista de 2008 sobre a memória do I Plano Nacional de Reforma Agrária.

Contudo, apesar de ambas retratarem, em certa medida, o mesmo tema, o discurso de Stedile na primeira entrevista – diante da recente vitória do Partido dos Trabalhadores (PT) nas eleições para a presidência – apresentava algumas percepções gerais sobre reforma agrária que, na segunda – após a implementação do II PNRA sob o mesmo governo petista –, já não eram as mesmas. A decepção de alguns movimentos sociais com o tipo de condução dada pelo PT ao tema da reforma agrária poderia explicar essa reinterpretação do tema.

Em outras situações, ocorre a dificuldade de localização do entrevistado, já que algumas das entrevistas foram concedidas por trabalhadores em situação de “mão de obra volante”,⁷ em assentamentos rurais provisórios, marchas, encontros de trabalhadores etc. Também há, em muitos casos, a impossibilidade de retornar ao entrevistado devido ao seu falecimento.

A despeito das implicações que pode ter a disponibilização do acervo de fontes orais para consulta sem que todas elas tenham sido formalmente autorizadas pelos entrevistados, algumas entrevistas disponíveis no Núcleo, com figuras emblemáticas, são de grande importância para a história e, por conseguinte, não podem ser descartadas. Por exemplo, há uma gama de entrevistas produzidas ainda na vigência do regime civil-militar brasileiro e as marcas discursivas deste tipo de entrevista são únicas e irrepetíveis.

Conforme descreve Portelli, “a primeira coisa que torna a história oral diferente, [...] é o fato de revelar menos sobre eventos que sobre significados” (1997, p. 31). Sendo assim, o contexto político específico da ocasião da entrevista a torna singular. A gravação com José Rodrigues e José Francisco da Silva – principais líderes e expoentes da Greve de Pernambuco –, realizada ainda durante o estado de greve, em 1980, evidencia uma postura discursiva – com colocações, expressões e entonações – muito distinta das entrevistas concedidas pelos mesmos depoentes décadas depois (José Rodrigues em 1998 e José Francisco da Silva em 2008), comprovando o peso simbólico dos depoimentos históricos. O mesmo ocorre com as entrevistas realizadas logo após o término da ditadura e início da chamada Nova República. As entrevistas com figuras emblemáticas da história nacional – como chefes de Estado, gestores públicos, lideranças rurais e patronais – são casos nos quais

7 “Caracteriza-se por exercer trabalho temporário ou sazonal, geralmente em períodos de pico da produção agrícola, como a colheita. Reside fora da propriedade rural, geralmente nas periferias das vilas ou cidades. [...] Sua relação de trabalho é marcada pela ausência de direitos trabalhistas” (Carvalho, 2005).

o descarte do material gera grave perda para a memória sobre o movimento social no campo e as lutas engendradas no período da redemocratização, em fins dos anos 1970 e início dos 1980.

Há ainda entrevistas com lideranças de trabalhadores rurais envolvidos em diferentes conflitos por terra no território nacional. Esses documentos são valiosa fonte de pesquisa para os interessados em compreender os movimentos sociais rurais no Brasil. Nessas entrevistas, é possível conhecer, por exemplo, as formas de ação dos trabalhadores, suas relações com outros atores, assim como as formas como vivenciaram as lutas por terra e outros eventos de caráter nacional, como o golpe civil-militar de 1964.

Sendo assim, a revisão do material feita pela equipe técnica e o termo de compromisso assinado pelo pesquisador consultante buscam zelar pelo bom uso do material disponível e garantir o aprofundamento das pesquisas na temática.

Em relação aos problemas envolvendo o áudio das entrevistas, há ainda situações nas quais o pesquisador-entrevistador descarta parte do conteúdo sonoro. Algumas entrevistas tratadas pelo Núcleo estavam incompletas, com parte do áudio perdido. Muitos pesquisadores-doadores, talvez sem atinarem na possibilidade de uso futuro desse material, reutilizavam suas fitas para novas entrevistas. Nesse processo, ocorreram perdas substanciais de material sonoro bruto e, em alguns casos, perda completa (aproveitamento de fitas/lados/trechos para a realização de novas entrevistas). Optou-se pela disponibilização das entrevistas mesmo quando incompletas, afinal, as marcas discursivas encontradas no áudio são intraduzíveis durante o processo de transcrição. Como transcrever o tom de voz mais impostado do entrevistado quando reage com veemência sobre algum ponto colocado? Como retratar os longos silêncios entre a pergunta feita e a resposta apresentada? Como descrever o diminuir do volume da voz de alguns entrevistados quando tocam em temas sensíveis? Como captar gestos, o bater das mãos – uma na outra – querendo retratar descaso, o esfregar dos dedos querendo indicar que houve dinheiro envolvido, o bater no peito ou no braço para indicar tenacidade, não resiliência? As gravações em áudio e vídeo ampliam o leque de análise para além do texto, das palavras, evidenciando que há outros campos de observação além da fala disponível na transcrição da entrevista.

Portanto, mesmo que o material tenha se perdido parcialmente, essas marcas não são – facilmente ou em absoluto – traduzíveis para a transcrição em papel. Todo vestígio deixado da entrevista que possa potencializar a experiência de um novo pesquisador não pode ser desmerecido pelo simples fato

de o registro não estar completo. Esses elementos servem para ilustrar a falta de preocupação de alguns pesquisadores com o uso futuro das entrevistas por terceiros, inquietação que indicamos como fundamental para a preservação de valioso material de pesquisa – que vem se produzindo em relativa abundância nos últimos anos.

Para prevenir o pesquisador quanto aos possíveis limites do material, há espaços específicos na planilha em que se indicam as lacunas da fonte, como pode ser visto a seguir:

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7	MSPP/en. LST.k7.urb	1 Fita k7/60min	Não	Fita em bom estado físico e sonoro. A fita corresponde a 2ª parte da entrevista (incompleta).
MP3	MSPP/en. LST.mp3.urb	49min	Sim	Lados A e B reunidos em única faixa em formato MP3/320kbps
TRANSCRIÇÃO	MSPP/en. LST.res.urb	4 páginas	Sim	Neste resumo é possível obter informações da parte inicial da entrevista, não disponível em áudio

Figura IV – Tabela presente na planilha de classificação sobre material disponível da entrevista de Francisco Urbano de Araújo Filho

Em resumo, permitir ou não o uso de entrevistas – sem autorização formal do entrevistado, sem todos os dados do contexto de sua produção ou, até mesmo, sem o registro completo – é um dilema do cotidiano da organização do acervo. Para os casos mencionados acima, optou-se pela disponibilização em prol da difusão de material raro para a temática. Embora o pesquisador deva estar atento aos limites da fonte no momento de sua análise, as entrevistas realizadas por outros pesquisadores revelam-se importantes ferramentas de reflexão, na medida em que são fontes produzidas a partir da fala dos entrevistados que, em linhas gerais, falavam sobre suas experiências como atores em uma situação determinada.

Isso não implica dizer que não existem sérios questionamentos éticos na divulgação do material. A falta do termo de cessão direto e explícito do entrevistado é preocupação central da equipe do Núcleo e, por isso, objeto de discussão e reflexão constantes. Afinal, a realização de uma entrevista pressupõe um acordo direto estabelecido entre pesquisador e entrevistado. Em alguns casos, a entrevista somente foi concedida por conta da construção de um vínculo de confiança ou da promessa de que a identidade do depoente permaneceria desconhecida.

Além disso, os termos de cessão – quando existem – costumam dizer respeito apenas a essa relação direta. É de praxe que, antes da realização da entrevista em si, o pesquisador explique sua proposta de trabalho, permitindo ao entrevistado reconhecer o tema, a proposta e – de certa forma – os limites do uso daquele material por aquele entrevistador. A questão ética, porém, envolve muito mais que a simples existência ou não de termos de cessão. Afinal, o impedimento do desenvolvimento da pesquisa e o descaso com a memória também são graves violações éticas. Tomar o tempo de um entrevistado, produzir uma entrevista e usá-la para um único fim para então descartá-la também seria uma afronta à proposta da produção do conhecimento científico. Ao sopesar esses valores, a divulgação do material – desde que com todos os cuidados ora apresentados – permite a redução de eventuais prejuízos.

Existem situações em que os entrevistados optam por resguardar alguma informação dada por eles, solicitando que aquele conteúdo não seja transcrito. Nesses casos, o Núcleo elimina esses trechos não apenas da transcrição, mas igualmente do áudio digitalizado. Esse conteúdo jamais será acessível ao consulente, que é sempre informado sobre as supressões. Em alguns casos, esse processo é feito pelo próprio entrevistador, que desliga o gravador. O mesmo procedimento é feito quando algum conteúdo da fala pode acarretar prejuízo ao entrevistado. Essas supressões são identificadas ao longo do material e evidenciam a preocupação existente por parte do Núcleo com a fonte produzida, mas também, com o entrevistado e o entrevistador, que por motivos diversos optou (ou optaram) por não gravar uma determinada fala.

A importância desse material relaciona-se ainda às especificidades das fontes orais voltadas para os temas *movimentos sociais e políticas públicas do campo*. O desprestígio associado à classe trabalhadora como um todo e à classe trabalhadora rural, em especial, repercute no tipo de entrevistados que majoritariamente compõem o acervo: são aqueles considerados “invisíveis”,

por não serem identificados normalmente como sujeitos na história. Muitas vezes, a única forma de conhecer suas histórias é por meio de entrevistas, já que no mundo rural (recorte temático deste acervo) o analfabetismo foi e ainda é grande – logo, esses sujeitos deixam pouco ou nenhum registro escrito de suas trajetórias de vida.

Além disso, a invisibilidade social “se relaciona à forma como são vistos os trabalhadores de profissões desprovidas de status, glamour, reconhecimento social e adequada remuneração” (Celeguim; Roesler, 2009, p. 1). Diferentemente de outros arquivos orais, o Núcleo recebe muitas entrevistas desses “sujeitos invisíveis”, o que o torna significativamente distinto de outros acervos constituídos por sujeitos de destaque no cenário político.

Apesar de o Núcleo possuir entrevistas com importantes figuras públicas e políticas nacionais, como é possível notar no gráfico apresentado no início do artigo, 40% das entrevistas hoje disponíveis para acesso ao público são de lideranças/dirigentes sindicais ou não sindicais que não são conhecidos/reconhecidos fora do universo rural, ou mesmo de suas localidades – mas não são, por isso, menos importantes para a história. Além disso, há entrevistas com trabalhadores rurais, posseiros, assalariados; indivíduos comuns, portanto, cujos depoimentos ajudam na compreensão das experiências vividas em ambientes do chamando mundo rural brasileiro.

A característica de alguns grupos de entrevistados, como o dos cortadores de cana, por exemplo, é a itinerância – esses trabalhadores costumam ir para onde há trabalho. Alguns entrevistados chegam a citar em seus depoimentos as diversas usinas e regiões nas quais já prestaram serviço. A itinerância dessas pessoas contribui para a dificuldade de reencontrá-las para que se busque um termo de autorização formal de liberação para consulta da entrevista.

No caso das entrevistas com trabalhadores anônimos na história – no sentido de que não ganharam notoriedade política – a importância e a particularidade desse acervo é revelar aspectos da vida desses sujeitos, ajudando o pesquisador ou o consulente a entender diversos processos históricos do mundo rural.

Ainda sobre os trabalhadores rurais, outra característica marcante desse grupo de entrevistados é o papel da confiança, da palavra e da honra. Confiança, vale a ressalva, é um termo de aceção relativa, pois o diálogo travado durante a entrevista sempre terá limitações que nunca serão plenamente conhecidas. Muitas vezes, os silêncios da memória podem ser

intencionalmente ou não intencionalmente incorporados na fala dos entrevistados. De toda forma, os documentos, papéis e a burocracia dos termos de cessão são vistos algumas vezes de forma negativa por esses indivíduos, já que o elemento confiança possui um peso especial na relação entre entrevistado e entrevistador.

Como contraponto a esse tipo de relação, podem-se mencionar, por exemplo, as entrevistas de militantes urbanos do regime civil-militar brasileiro. Em muitos casos, o acesso a esses indivíduos é complicado e exige a pormenorização dos objetivos da pesquisa, a intervenção de terceiros, o destrinchamento das intenções de uso do material, além de, em muitos casos, a garantia de anonimato no uso do depoimento. A perseguição pela polícia política, as prisões e a tortura tornaram essas pessoas, na sua grande maioria, intrinsecamente “desconfiadas” e menos abertas à exposição das suas vidas particulares.⁸ Curiosamente, a desconfiança é um processo mais facilmente trabalhado pelo pesquisador – que está ciente das limitações do seu material – do que as relações pautadas sob a lógica da confiança, que tendem a – preliminarmente – assegurar uma completa abertura de informações que nem sempre ocorre.

De toda forma, a questão da confiança acaba repercutindo nas questões burocráticas e procedimentais. Não se quer fazer dessas observações uma regra, apenas indicar aspectos de reflexão a partir da experiência de pesquisa dos pesquisadores dessa temática, já que o acordo informal estabelecido entre entrevistado e entrevistador parece ser predominante nos casos das pesquisas feitas com trabalhadores rurais.

Esses são alguns dos principais problemas/desafios encontrados na organização do acervo do Núcleo, que não é constituído exclusivamente por entrevistas, mas também por diversos materiais como documentos, mapas, textos, livros etc. – desde que estejam relacionados às temáticas dos movimentos sociais e das políticas públicas no campo.

8 Até 2010, a autora Juliana Luiz contribuiu para o Laboratório de História Oral e Documento (LAHO-DOC) da Faculdade de História da UNIRIO. Em acervo identificado como Imagens da Clausura, o Laboratório reunia entrevistas realizadas por alunos do curso com ex-presos e militantes políticos do regime civil-militar brasileiro. Dos contatos estabelecidos para a realização da pesquisa sobre banimento político (Ato Institucional nº 13), algumas pessoas não anuíram em conceder entrevista; outras aceitaram, mas negaram-se a assinar ou dificultaram a devolução do termo de cessão. Para a utilização do material, usaram-se pseudônimos no lugar dos nomes reais dos entrevistados.

Por isso, o cuidado na catalogação das entrevistas leva em consideração que não se trata de um acervo de história oral, mas sim um acervo de fontes orais. Utiliza-se a expressão *fonte oral* em detrimento de *história oral* pela vantagem de banalizar o procedimento, que pode ser realizado por qualquer pesquisador do mundo contemporâneo, conforme explicou Borges (2012), com base em Frank (1999).

Sendo o Núcleo um centro de documentação que está preocupado em garantir a preservação da memória dos movimentos sociais e das políticas públicas no campo, as diversidades encontradas no material, as dificuldades para tratá-lo e até mesmo a não observância das condições particulares de produção de uma fonte oral são por ora flexibilizadas para permitir a consulta desse valioso material aos pesquisadores.

Considerações finais

O Núcleo, consolidado há uma década, vem cotidianamente prestando serviços de difusão de material desenvolvido pela academia e por outras organizações sobre a realidade do campo brasileiro. Apesar dos dilemas enfrentados, especialmente por não ser o material originalmente constituído para disponibilização ao público – ou seja, por não ter havido a preocupação inicial dos pesquisadores-entrevistadores de preservar o processo de produção de fontes orais –, a opção feita pela equipe técnica foi a de desenvolver instrumentos de catalogação e fichamento que otimizem o acesso à informação, tendo em vista essas especificidades.

A diversidade do material não apenas torna o trabalho do Núcleo um desafio diário, mas estimula a reflexão sobre a melhor forma de gerir a documentação já catalogada e a nova documentação que cotidianamente é incorporada ao acervo. Este artigo apresenta-se como uma tentativa de tornar os debates feitos no âmbito do NMS públicos, ampliando a discussão para a comunidade acadêmica e demais interessados no tema.

Evidentemente que diversas indagações sobre as opções feitas pela equipe do Núcleo podem ser suscitadas. A organização de fontes orais em arquivos e/ou centros de documentação impõe necessidades próprias, ainda mais se eles são constituídos também de outros tipos documentais, como é o caso do NMS. O esforço de questionar algumas técnicas e procedimentos e adotar critérios que atendam às necessidades do acervo em questão, dialogando e atendendo

às necessidades do pesquisador, é o que permitiu a melhoria da gestão dessas fontes, a divulgação do acervo e a disponibilização ao público.

Tornar as fontes orais disponíveis para a consulta pública em arquivos e/ou centros de memória permite que outros pesquisadores re façam os caminhos da pesquisa para a qual a entrevista foi produzida, com acesso integral ao conteúdos dos depoimentos disponíveis e não apenas aos trechos citados pelo entrevistador em seus trabalhos. Isso significa atribuir à fonte oral o caráter (que se espera) de outros tipos de fonte: a possibilidade de localização e verificação, a qualquer tempo, por qualquer pesquisador.

É fundamental que se criem centros de documentação e arquivos capazes de abrigar documentos provenientes de entrevistas gravadas – e que as instituições desse tipo que já existem possam também vir a receber fontes orais –, para que se amplie a doação de fontes orais produzidas pelos pesquisadores. Em alguma medida, a criação no Núcleo de um setor Entrevistas tem incentivado alguns pesquisadores a doarem suas entrevistas para esse centro de documentação. Ou seja, a criação de uma política de recebimento de tal material – tematicamente delimitado, no caso do Núcleo –, estimula alguns pesquisadores a cederem suas entrevistas – mesmo aqueles que possam não ter previsto a possibilidade.

Pela própria experiência do trabalho no Núcleo, reconhecemos a relevância das entrevistas para além do seu fim original e as dificuldades de organização do material que não é produzido com fins de arquivamento e consulta pública, assim como os dilemas de utilizar entrevistas que, por um lado, tratam de importantes momentos da história do mundo rural brasileiro, mas, por outro, não têm assegurada sua difusão ao público por meio de instrumentos jurídicos adequados. O uso de termos de cessão secundários – obtidos pela doação do material do pesquisador ao Núcleo – e o respeito aos limites apresentados pelo entrevistado ou pelo pesquisador tem sido uma solução intermediária para preservar o acesso à informação e resguardar a imagem e a memória dos entrevistados.

Referências

ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005a.

_____. *O acervo de história oral do CPDOC: trajetória de sua constituição*. Rio de Janeiro: CPDOC, 1998. 18 p.

_____. *Tratamento das entrevistas de história oral no CPDOC*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2005b. 11 p.

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BORGES, Viviane Trindade. As falas gravadas pelos outros: fontes orais, arquivos orais e arquivos sonoros, inquietações da história do tempo presente. *Diálogos*, Maringá, v. 16, n. 2, p. 663-676, maio/ago. 2012.

CARVALHO, Tarcísio de. Bóia-fria. In: MOTTA, Márcia (Org.). *Dicionário da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

CELEGUIM, Cristiane R. J.; ROESLER, Heloísa M. K. N. A invisibilidade social no âmbito do trabalho. *Interação: Revista Científica da Faculdade das Américas*, ano III, n. 1, jan./jun. 2009. Disponível em: <<http://www.fam2011.com.br/site/revista/pdf/ed4/art6.pdf>>. Acesso em: 8 jul. 2013.

DE SORDI, Neide Alves Dias. *Manual de procedimentos do programa de história oral da Justiça Federal*. Brasília: Conselho da Justiça Federal, 2007.

DUARTE, Rosalia Maria. Pesquisa qualitativa em educação: reflexões sobre o trabalho de campo. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 115, p. 139-154, 2002.

FRANK, Robert. Questões para as fontes do presente. In: CHAUVEAU, Agnès; TÉTARD, Philippe. *Questões para a história do presente*. Bauru: Edusc, 1999. p. 103-117.

FREITAS, Sonia Maria de. *História oral: possibilidades e procedimentos*. 2. ed. São Paulo: Humanitas, 2006.

MELLO, Marcos Paulo Campos Cavalcanti de. *Quando os assentados chegaram: tempo e experiência social no MST*. 163 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – UFC, Fortaleza, CE, 2011.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. *Projeto História*, São Paulo, v. 10, p. 7-28, dez. 1993. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/projetohistoria/downloads/revista/PHistoria10.pdf>>. Acesso em: 7 dez. 2013.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. *Projeto História*, São Paulo, v. 14, p.7-24, 1997.

SEVÁ, Janaína Tude. *Produção e organização do conhecimento em Ciências Sociais: o caso do “Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referências sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo”*. Trabalho final do curso Metodologia de Pesquisa I (Mestrado CPDA/

UFRRJ). 2006. Disponível em: <http://www.eduardoferrao.com.br/nucleo/paraleitura/SEVA_Janaina_Tude.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2013.

THOMSON, Alistair. Aos cinquenta anos: uma perspectiva internacional da história oral. In: ALBERTI, V.; FERNANDES, T. M.; FERREIRA, M. M. (Org.). *História oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000.

VELHO, G. *Subjetividade e sociedade: uma experiência de geração*. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

WEBER, R. Relatos de quem colhe relatos: pesquisas em história oral e ciências sociais. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 39, n. 1, p. 63-83, 1996.

Resumo: Para melhor apresentar a experiência de organização do acervo de fontes orais do Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo (NMS), o artigo foi dividido em três seções. A primeira delas expõe o histórico do Núcleo, traçando uma linha que vai da sua criação até a atual composição. A segunda seção, com conteúdo mais analítico, pretende encarar os dilemas, desafios e impasses enfrentados na organização de um acervo como o existente no Núcleo – especialmente no que tange às fontes orais –, buscando discutir/responder algumas perguntas apresentadas ao longo do texto. A terceira seção traz as considerações finais, num esforço de apresentar um balanço de todo o exposto.

Palavras-chave: fontes orais, acervos, movimentos sociais rurais.

Some challenges regarding an oral source's archive: the case of the Research, Documentation and Reference Center of Rural Social Movements and Public Policy (CPDA/UFRRJ)

Abstract: To better present the experience of organizing oral source's archives at the Research, Documentation and Reference Center of Rural Social Movements and Public Policy (NMS), this article has been divided into three main pillars. The first exposes the history of the Center as a whole, drawing a line from its creation until the present composition. The second, with a more analytical content, shows the dilemmas, challenges and impasses faced by the Center regarding its oral source's archives, trying to discuss/answer some questions presented throughout the text. Finally, the third pillar closes this paper providing the final remarks in an effort to offer a balance of all exposed.

Keywords: oral sources, archives, rural social movements.

Recebido em 01/08/2013

Aprovado em 07/11/2013